CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE nº 246/90 - Processo DRE Campinas 2088/90

INTERESSADA: CÍNTIA MORENO GIATTI

ASSUNTO: Avaliação final - Instituto Salesiano "Dom Bosco" Americana

RELATORA: Cons^a MARIA BACCHETTO

PARECER CEE nº 268/90 - - APROVADO EM 28/03/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

1.1 Sidney José Giatti e Lisete Moreno, pais de Cíntia Moreno Giatti, aluna regularmente matriculada na 3ª série do 2º grau, no Instituto Salesiano "Dom Bosco, em Americana, inconformados com sua retenção em Matemática, após estudos de recuperação final, dirigem-se, em 18/12/89, à direção da referida escola, através da DE da mesma cidade, solicitando que o Conselho de Classe reveja a retenção, alegando que:

- durante o ano letivo não receberam "qualquer" convite ou solicitação da escola para acompanhar eu avaliar a conduta escolar da filha;

- tendo feito estudos de recuperação final em Matemática e Física, a aluna foi reprovada em Matemática com a média 4,38, sendo que antes da recuperação sua média final foi 4,75;

- os critérios estabelecidos para avaliação, pelo Conselho, em 1989, não foram os mesmos de anos anteriores;

- a "repetição" de toda a série em decorrência da retenção em apenas uma disciplina, especialmente quando se trata da última série do 2º grau, não atende ao "princípio de justiça", nem ao assentado pelo Parecer CEE 1.660/87: levar em conta a situação global do aluno.

1.2 Encaminhado o pedido à escola, com solicitação de informação e juntada dos documentos referidos no artigo 4º da Resolução SE 235/87, a direção, em 22/12/89, indeferiu o solicitado "por não ter amparo no Regimento Escolar, juntando a documentação solicitada.

1.3 Em 27/12/89, o Supervisor de Ensino da referida unidade escolar, analisando os autos, ressalta que:

- a aluna obteve as seguintes notas bimestrais: 3,0 - 4,0 - 3,5 e 6,5 e média final 4,75;

- tal resultado foi analisado pelo Conselho de Classe, nos termos do artigo 132 do Regimento Escolar: "As médias finais entre 4,5 e 4,9 devem ser objeto de análise pelo Conselho de Classe para fins de arredondamento, se for o caso"

- "Não constam da Ata do Conselho, os critérios utilizados para a análise da aluna ou o que leva o Conselho a arredondar a nota de alguns alunos e não de outros;

- o Plano de Recuperação de Matemática visa "resgatar conteúdos com deficiências, estudados no último bimestre", no qual a aluna obteve nota 6,5.

Diante disso, o Supervisor afirma: "não vemos coerência na atitude do Conselho, em sujeitar a aluna a mais uma avaliação em Matemática, sobre conteúdos já dominados... o Conselho de Classe em vários casos, citados em ata, aprovou alunos utilizando o artigo 132 do Regimento Escolar, para evitar que os mesmos ficassem retidos. Por que não foi utilizado o mesmo critério para a aluna em pauta?"

Isto posto sugere que o Conselho de Classe se reúna para analisar a situação da interessada utilizando os mesmos critérios usados para os outros alunos e as prerrogativas que o artigo 132 lhes confere.

1.4 O titular da DE, em 29/12/89, acatando a sugestão da Supervisora, entendeu que além de nova reunião do Conselho de Classe, a escola deveria oferecer à aluna novo período de recuperação.

1.5 A direção da escola considerou prejudicada a determinação da DE pelo fato de a aluna ter solicitado transferência, o que não foi aceito pelo Delegado de Ensino.

1.6 Devolvido o processo à escola, foi realizada em 08/02/90, reunião extraordinária do Conselho de Classe, que ratificou a retenção", alegando que a aluna, mesmo participando de recuperação paralela, ao final de cada bimestre,

não obteve êxito, o que caracteriza uma aluna fraca, sem condições de aprovação."

1.7 Ao tomarem ciência dessa decisão, os pais da interessada recorreram a este Colegiado.

1.2 Os autos instruídos, conforme prevê a Resolução nº 235/87, embora se trate de escola particular, foram encaminhados a este Colegiado, através do Gabinete do Secretário da Educação, com a observação da DE de que a escola não proporcionou "novo período de recuperação, conforme solicitação do Delegado de Ensino, em 29/12/89."

2. APRECIÇÃO

2.1 Tratam os autos de recurso que a aluna Cíntia Moreno Giatti, interpôs, na DE de Americana, através de seus pais, contra a decisão de Conselho de Classe do Instituto Salesiano "Dom Bosco", que a reteve na 3ª série do 2º grau.

2.2 No Plano Escolar do Instituto Salesiano "Dom Bosco" de Americana, juntado aos autos, consta, ao tratar:

2.2.1 da recuperação final, que "submetida ao processo de recuperação será aprovada o aluno que:

- obtiver média de aproveitamento igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros);

2.2.2 do acompanhamento, controle e avaliação, que "as médias finais entre 4,5 e 4,9 antes e após a recuperação serão objeto de análise pelo Conselho de Classe para fins de arredondamento, se for o caso".

2.3 Considerando que:

- a retenção da aluna ocorreu, na série terminal de curso, em uma disciplina e por pequena margem de pontos;

- no caso em pauta, a interessada obteve como média final, antes da recuperação, 4,75 (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos), não tendo sido beneficiada pela possibilidade de arredondamento, o que, segundo informação da supervisão de ensino aconteceu com outros alunos;

- analisando-se as atas das reuniões de Conselho de Classe (referentes à turma da interessada, às fls. 30, 31, 44, e 45 do Proc. apenso 2088/90) não constam os critérios adotados para encaminhar os alunos aos estudos de recuperação final, aprová-los ou retê-los, mesmo na situação prevista de arredondamento da média de aluno,

manifestamo-nos pela revisão do que foi decidido pelo Conselho de Classe, quando reteve a aluna Cíntia Moreno Giatti, na 3ª série do 2º grau.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, somos pelo deferimento do recurso interposto por José Giatti e Lisete Mereno, pais da estudante Cíntia Moreno Giatti, contra a decisão de Conselho de Classe da 3ª série do 2º grau do Colégio Salesiano "Dom Bosco", de Americana, considerando-a promovida na 3ª série do 2º grau no ano letivo de 1989.

São Paulo, 28 de março de 1990.

a) Consª MARIA BACCHETTO
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foi voto vencido o Conselheiro Sérgio Antônio Pereira Leite. Salles Arcuri e absteve-se de votar o Conselheiro Roberto Moreira.

Sala "Carlos Pasquale", em 28 de março de 1990

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente